

## “CONSTRUCIONISMO SOCIAL”: DESARMANDO UM CAMPO MINADO

*Anna Carolina K. P. Regner\**

HACKING, Ian. *The Social Construction of What*. Cambridge, Massachusetts : Harvard University Press, 1999, 288 p. (ISBN: 067481200X )

Os debates em torno ao “construcionismo social”, tema pungente na Filosofia da Ciência hoje, ganham uma original e decisiva contribuição com a entrada em campo de Ian Hacking neste seu mais recente livro. Entra nesse campo minado dizendo-se “um correspondente estrangeiro”, que quer informar antes que defender um lado sobre o outro. Vê com simpatia os *science studies*, que a muitos parece “aterrorizante”, mas também retém muito respeito pelos questionamentos da Filosofia da Ciência mais tradicional, lamentando as metáforas de *guerra* associadas ao tema: “*guerra* das culturas”, “*guerra* das ciências”. De um lado, trivializam uma realidade penosa para a existência humana. De outro, obscurecem a discussão, dificultando o diálogo.

Sua estratégia, ao invés de partir de “definições”, num terreno carente de elucidações, será a de esclarecer o que está em jogo na disputa, sem cair no já desgastado eixo Sokal-Latour, concentrando-se nas teses filosóficas, metafísicas e epistemológicas, de fundo às discussões. Ao longo de seus oito capítulos, sempre em um estilo vivo e claro, sem perder profundidade, sobressai a relevância do instrumental de análise que cria, o qual cobre e excede o âmbito mais imediato da discussão. Nos três primeiros capítulos – onde trata de “porquê perguntar pelo o quê”, do “exagero do uso de metáforas” e “do que se passa nas ciências naturais” – delinea o quadro em seus pontos centrais e, nos cinco capítulos que seguem, examina-os detidamente à luz de exemplos, tratando tanto da “loucura: biológica ou social?” e “construção de uma classificação: o caso do ‘abuso infantil’”, quanto da “pesquisa armamentista”, das “rochas (dolomitas)” e do “fim do capitão Cook”. As tentativas usuais de associar “construcionismo social”, de um lado, ao caráter liberador da idéia e, de outro, ao receio do “relativismo” e das conseqüências do “multiculturalismo”, não são marcadores seguros para levar avante a análise, demandando, eles próprios, esclarecimentos. Como metáfora, “construção social” é morta, a menos que se possa mostrar os passos da construção. (No seu quinto capítulo, Hacking magistralmente revela tais passos, na construção categorial do “abuso infantil”.)

Seu procedimento inclui o estabelecimento de uma distinção entre três classes de coisas que se diz serem “socialmente construídas”: objetos, idéias (idéias, concep-

\*Professora do Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, UFRGS, Rio Grande do Sul, Brasil.  
E-mail: aregner@portoweb.com.br

ções, conceitos, crenças, atitudes, teorias) e uma terceira classe de palavras, com acentuação semântica mais elevada, que falam sobre o mundo, sem se referirem a nenhum objeto desse em particular (*elevator words*), como “fatos”, “realidade”, “verdade”, “conhecimento”. Embora sejam as matrizes das “classificações” sempre redes socialmente construídas, sem excluir as influências materiais, a distinção entre “objetos” e “idéias” permite-lhe distinguir entre idéias “interativas” e “indiferentes”. As primeiras, por força de sua aplicação, ocasionam modificações no comportamento dos objetos que classificam, os quais levam, por sua vez, a uma modificação das próprias idéias. A questão é delicada e, nesse ponto, a análise de Hacking indica um filão a perseguir e melhor esclarecer para o tratamento de possíveis diferenças entre ciências “sociais” e “naturais”. Além das dificuldades próprias ao tema da consciência, presente na distinção proposta, há a das distinções entre “humano” e “não-humano”, “moral” e “não-moral”. Hacking mesmo reconhece a imprecisão de vários limites classificatórios e sua dinamicidade, a qual requer renegociações conceituais ao longo do processo. Mas, em que pesem as dificuldades, sua análise permite sustentar que algo possa ser tanto “real” como “socialmente construído”, sem que para tanto todo objeto seja apenas um “construto social”. As disputas que cercam o “construcionismo social” travam-se, sobretudo, no campo das “ciências naturais”, não sendo, por exemplo, objeto de controvérsia que os objetos contratuais e institucionais sejam socialmente construídos. Em seus capítulos ilustrativos, Hacking permite-nos ver, contudo, que a tensão entre o dito “real” e o “socialmente construído” não é privilégio de uma ou de outra área, deixando lugar para análises tanto em termos de tipos “interativos” quanto “indiferentes”, como se vê, por exemplo, no seu exame da “loucura: biológica ou construída?”.

Historicamente, nosso autor vê a Kant como o grande pioneiro da construção, em um caminho que passa pelos “construcionalismos” de Russell, Carnap, Goodman e Quine, e pelo “construtivismo” matemático, chegando a Thomas Kuhn. Reserva, porém, “construcionismo (social)” aos projetos sociológicos, históricos e filosóficos que buscam exibir ou analisar as rotas causais ou interações sociais efetivas, historicamente situadas, que levaram à produção ou estabelecimento de alguma entidade ou fato. É com relação àqueles objetos que não são percebidos por todos como socialmente construídos – vale dizer, no campo das ciências naturais – que a tese da “construção social” faz diferença e o “social” apostado a “construção” não é mera redundância. São exemplares de “construcionismo social” o *Constructing Quarks*, de Pickering (1984) e *Laboratory Life*, de Latour & Woolgar (1979). Contra a afirmação dos opositores de que os construcionistas são “hostis” às ciências, Hacking cita os exemplos de Pickering e Latour. Vê também com simpatia o trabalho pioneiro de Ludwik Fleck, imunologista e epidemiologista, na sua atitude plenamente construcionista, criticando o excessivo respeito de Durkheim e Lévy-Bruhl aos fatos científicos.

Centrando a atenção nas ciências naturais, as divergências entre construcionistas e anti-construcionistas, os segundos vendo a ciência em termos de produto (um conjunto de verdades universais ou de hipóteses falseáveis) e os primeiros, em termos de processo, atividade, envolvem, no fundo, divergências quanto a teses de antigas dispu-

tas de natureza filosófica: contingência *versus* inevitabilidade dos rumos da ciência (uma ciência bem-sucedida, teria que ter se desenvolvido do modo como o fez?); nominalismo *versus* inerente-estruturismo quanto à constituição do mundo (são os fatos conseqüências dos modos como os representamos?); explicações externas *versus* internas para a estabilidade dos resultados da ciência (a estabilidade dos resultados resulta da evidência em que se apóiam ou de fatores externos ao conteúdo da ciência?). As disputas não são apenas de natureza política, social ou emocional, apesar da reação de alguns físicos às abordagens “construcionistas” da ciência, pelo ataque dessas à “autoridade cultural” da ciência, desmascarando a ideologia latente à alegação de que a ciência, no seu atual estágio, vai tão fundo quanto se possa ir na descoberta das coisas como elas são. Com isso, o construcionismo ataca a mais potente (e metafísica) defesa da “autoridade da ciência” e de sua “pia reverência” aos fatos que estruturam o mundo dado e que a ciência descobre. As “guerras da ciência” combinam metafísica irreverente e fúria contra a razão, de um lado, e metafísica científica e fé iluminista na razão, de outro e se travadas, sobretudo, no campo da física, da química e da biologia molecular. E posições metafísicas podem ter conseqüências ideológicas, lembra-nos Hacking, bem como chama a atenção para que os recortes políticos entre construcionistas e anti-construcionistas não passam necessariamente pelos recortes “esquerda” e “direita”!

Das teses metafísicas e epistemológicas de fundo, a da contingência merece detida análise. A adesão à mesma e rejeição à inevitabilidade diferenciam as posições construcionistas das não-construcionistas, compreendendo diversos graus: construcionismo “histórico”, para o qual o estado de coisas resulta de eventos históricos; “irônico”, admitindo que tal estado poderia ter sido bem diferente, que é altamente contingente, mas que não podemos deixar de tratá-lo como parte do mundo em que vivemos (posição de Richard Rorty); “reformista”, que o considera indesejável; “desmascarador”, que busca refutar as idéias em pauta expondo a função a que servem (com origem em Mannheim); “rebelde”, do ativista que mantém as teses da não-inevitabilidade e da indesejabilidade do presente estado, bem como a de que o mundo seria melhor se esse estado não ocorresse; e “revolucionário”, do ativista que vai além das idéias e tenta mudar o mundo.

No que interessa, em particular, a Hacking, contingência significa antes ausência de pré-determinação do que indeterminação. Reportando-se à complexa dialética de teoria e experimento, maquinaria, instrumentação e equipamento de computação, etc. que, segundo Pickering, perfaz o contexto e processo de investigação, aponta à dialética de “resistência” oferecida pelo mundo/ “acomodação” à resistência, que pode ser feita de muitas maneiras. Por exemplo, um resultado experimental negativo força a revisões, sem que seja necessariamente a revisão da teoria testada, podendo ser a do próprio equipamento. Uma “acomodação robusta” dos vários elementos entre si pode gerar tecnologia confiável e direcionar a pesquisa sem que, ressalta Hacking, um dado conjunto de condições pré-determine a forma da evolução dessa “acomodação”. Tentativas de resguardar a tese da inevitabilidade através de idéias como as de dedutibilidade, tradutibilidade e equivalência não são transparentes – sistemas tornam-se equivalentes

pela obliteração de todos os traços iniciais de não-equivalência e há diferentes escalas de convergência a considerar. A tese da contingência parece ser consistente com quaisquer padrões metafísicos de “realismo” ou “anti-realismo”.

A questão ganha ainda maior clareza com a contribuição da análise que Hacking faz da ciência em termos de “forma” e “conteúdo” do conhecimento, a qual é igualmente central para elucidar a tese do nominalismo. Tomando aquela classe de palavras que Hacking chama de *elevator words*, juntamente com suas formas adjetivas, admite que tais palavras sofrem, no processo histórico, mudanças substanciais em seu sentido e valor, de aí depreendendo-se uma contextualização de tais palavras e de suas funções. Tal contextualização pode ser vista no seu conceito de “forma” do conhecimento, enquanto distinto “conteúdo” do conhecimento. Interessa-se em especial pela “forma”, a qual, segundo ele, estabelece os rumos da pesquisa, as perguntas a serem feitas, ainda que a evolução da própria “forma” e das respostas (“conteúdo”) não esteja pré-determinada. A “forma” do conhecimento ou “esquema conceitual” é um conjunto estruturado de sentenças declarativas que são possíveis candidatas a verdadeiras/falsas, juntamente com técnicas para descobrir-se quais são verdadeiras e quais são falsas – idéia próxima à do conhecimento sintético *a priori* kantiano, mas muito mais como um *a priori* histórico foucaultiano, reconhecendo a importância dos conceitos de Foucault para seu instrumental de análise. Desde Hegel, diz Hacking, malgrado ou não, todos nos tornamos historicistas. A forma é historicamente determinada, com conseqüências para o conteúdo. A noção lakatiana de “programa de pesquisa” não está muito longe da noção hackiana de “forma do conhecimento”, embora a de Lakatos exclua fatores psicológicos, sociais e políticos que a noção de Hacking permite abrigar. Hacking não privilegia nenhum conjunto de sentenças ou técnicas, admitindo ser um fato histórico qual deles venha a contar como “forma” de um dado ramo do conhecimento. Mas a “forma do conhecimento” deve ser capaz de permitir, àqueles que a aceitam, a identificação de candidatos a “verdadeiro” ou “falso” no seu elenco de crenças. Sua concepção de “forma do conhecimento” também serve para instrumentalizar o diálogo entre “nominalismo” e “realismo científico” – para o primeiro, construímos os fatos num processo social de interação com o mundo e interferência em seu estado de coisas; formas de conhecimento são criadas em processos microssociológicos. Para o “realista” o mundo é composto por fatos, em uma estruturação que lhe é intrínseca. Contudo, o “realista” poderá igualmente admitir que, embora os fatos não sejam construídos, os processos de sua seleção o são; que o mundo é muito rico em fatos e selecionamos os que nos interessam!

A questão que fica remete-nos à terceira tese, a das explicações “externas” para a estabilidade dos resultados da ciência. Como as “formas”, que dirigem a investigação, passam a existir? Hacking arrola diversos elementos, que não excluem direcionamentos “externos”. As “formas” são maleáveis, mas operativas; são eventos históricos não totalmente rígidos, mas nem totalmente fluídos – o que não deixa de ser preocupante, pois nossas concepções sobre o mundo e nossos modos de construí-lo são freqüentemente financiados por motivações cuja abrangência muitas vezes nos esca-

pa. Criamos formas de conhecimento que possuem auto-direção. Hacking analisa detidamente esse ponto em seu sexto capítulo, com o exemplo da pesquisa armamentista nos Estados Unidos, seu financiamento e resultados, dando um rumo à investigação científica. Examina os vários e complexos modos pelos quais a própria “forma” pode ser determinada, alterada ou circunscrita, cobrindo diversificados exemplos: o caso dos primeiros “testes de coeficiente de inteligência”, revelando “deliberações” assumem o *status* de verdades sintéticas *apriori*; o do estabelecimento do hormônio liberador da tireotropina (TRH), mostrando como um fato resulta de uma seqüência de eventos sociais que o fixa e determina, antes que de experimento previamente determinados quanto ao resultado a alcançar e sem que o sistema de testes que o estabeleceu possa ser desafiado; o dos rumos impostos à pesquisa na Física pelos detectores de partículas: o do papel dos fatores psicológicos, sociais e políticos no programa de pesquisas do *laser*; o dos critérios de acuidade para mísseis, onde tal papel resultou do estabelecimento padrões de avaliação consensuais na comunidade. O que torna uma questão científica legítima? Isso depende da moldura em que se insere e as molduras são contingentes, resultantes de um processo histórico.

A essa altura, cabe propor ao leitor a pergunta: você é um “construcionista social”? Segundo a proposta de Hacking, para sabê-lo, pontue de um a cinco sua posição, nas teses acima, a favor: da contingência, do nominalismo, das explicações externas. Hacking atribui a si próprio pontuação dois, no que se refere à contingência, quatro a seu grau de nominalismo e três a seu reconhecimento de explicações externas para a estabilidade dos resultados da ciência. Aplicado o teste a duas figuras que considera eminências da filosofia da ciência contemporânea, Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, afirma que, em que pesem as aparências em contrário, Kuhn – adepto de forte contingência, nominalista e oposto à estabilidade, com grau cinco a todos os itens – foi mais construcionista que Feyerabend, o qual, segundo Hacking, assume a contingência apenas em nível das metodologias. Embora não fosse seu objetivo, Kuhn contribuiu para “desmascarar” a autoridade científica. Feyerabend, por sua vez, foi a “anti-autoridade” por excelência, mas simplesmente opôs-se a ela, sem desmascará-la e sem partir de algo reconhecível como “construcionismo social”. O leitor pode aqui ressentir-se de uma aparente ausência de consideração de textos mais recentes de Kuhn, como *The Road Since The Structure* (1990) e *The Trouble With the Historical Philosophy of Science* (1992), que certamente enriqueceriam esses e outros pontos da análise de Hacking, sem com eles conflitar, como no caso de possíveis relações entre a “forma” do conhecimento, de Hacking e o “léxico da comunidade científica”, de Kuhn. Não fica claro, contudo, se, dadas as determinações impostas por esse léxico, Kuhn continuaria pontuando cinco na tese da contingência, bem como na do externalismo. Aliás, há externalismo mesmo nos “paradigmas” da *A estrutura das revoluções científicas*? Mas o leitor pode, também, divergir da leitura que Hacking faz de algumas das idéias de Feyerabend. É difícil ignorar outras passagens significativas do prefácio referido, com muitas considerações similares às de Hacking e, em particular, ignorar o peso dado por Feyerabend a uma desmistificação da ideologia da ciência quando essa se

apresenta como “árbitro objetivo de todas as ideologias”, afora, no que concerne à estabilidade, o papel que confere a fatores “externos” (vide o caso de Galileu). Mereceria ainda maior qualificação a afirmação de que Feyerabend não assume a contingência, face à sua tese de que “não há fatos nus” e a ênfase posta em um princípio de proliferação de esquemas alternativos”. Em qualquer caso, a análise que Hacking faz das posições das duas eminências é parte da instigante discussão que enseja.

A leitura de *The Social Construction of What*, além de expor de modo claro e acessível, tanto ao especialista quanto ao leitor que quer se informar sobre o que está acontecendo na “república das letras e da ciência”, traz-nos novos e estimulantes balizamentos para se fazer Filosofia da Ciência. Familiariza-nos com o rico instrumental de análise que Hacking cria e abre espaço para um salutar diálogo entre as abordagens em “guerra”. Em seu capítulo sete, sobre “rochas”, examinando o caso da explicação da formação das dolomitas, permite ver como tanto as análise características dos *science studies* – focalizando, por exemplo, elementos trazidos pela Escola de Edinburgo, as “redes” de Latour, as distinções entre *small and big science* – quanto a da Filosofia da Ciência mais tradicional – que pode ser a de Kuhn, Lakatos e Feyerabend, ou a de Popper ou dos Positivistas Lógicos, ou, ainda, a de Whewell, ou Bacon, focalizando as relações teoria-observação e as discussões sobre o método hipotético-dedutivo, a indução e o papel da analogia – têm seu espaço e contribuição. A escolha do tema também foi conciliadora: “pedras” têm sido o parâmetro para aqueles que querem exemplificar a “dura”, inquestionável realidade. Por outro lado, micróbios são o exemplo preferido por Latour para algo não-humano colaborando no trabalho da ciência em ação. O presente caso dá-lhe bactérias!

Por fim, em seu oitavo capítulo, encontramos um exemplo da “guerra das culturas”, representadas pelas explicações de Marshall Shalins e Gananath Obeyesekere para um fato antropológico, “o fim do Capitão Cook”, em que entram em jogo argumentos poderosos, cogentes no velho estilo, premissas, evidências, deduções, induções, probabilidades qualificadas, hipóteses, testes e refutações – usados por ambos os lados. Trata-se, pois, de uma guerra que excede os limites da disputa entre modos de analisar a ciência.